

O encontro de São Paulo, um sucesso.

A Assembléia Legislativa recebeu mais de 1.300 lideranças municipalistas.

O lançamento da Frente Municipalista pelas Diretas e Constituinte, um movimento suprapartidário e de âmbito nacional que congrega prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, reuniu a Assembléia Legislativa de São Paulo, no dia 23 de fevereiro, delegações de 512 municípios paulistas e comitativas de 11 Estados. Ao todo, mais de 1.300 pessoas comprimiram-se no plenário da Assembléia Legislativa de São Paulo, onde estavam o deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), o governador Franco Montoro e outras personalidades políticas.

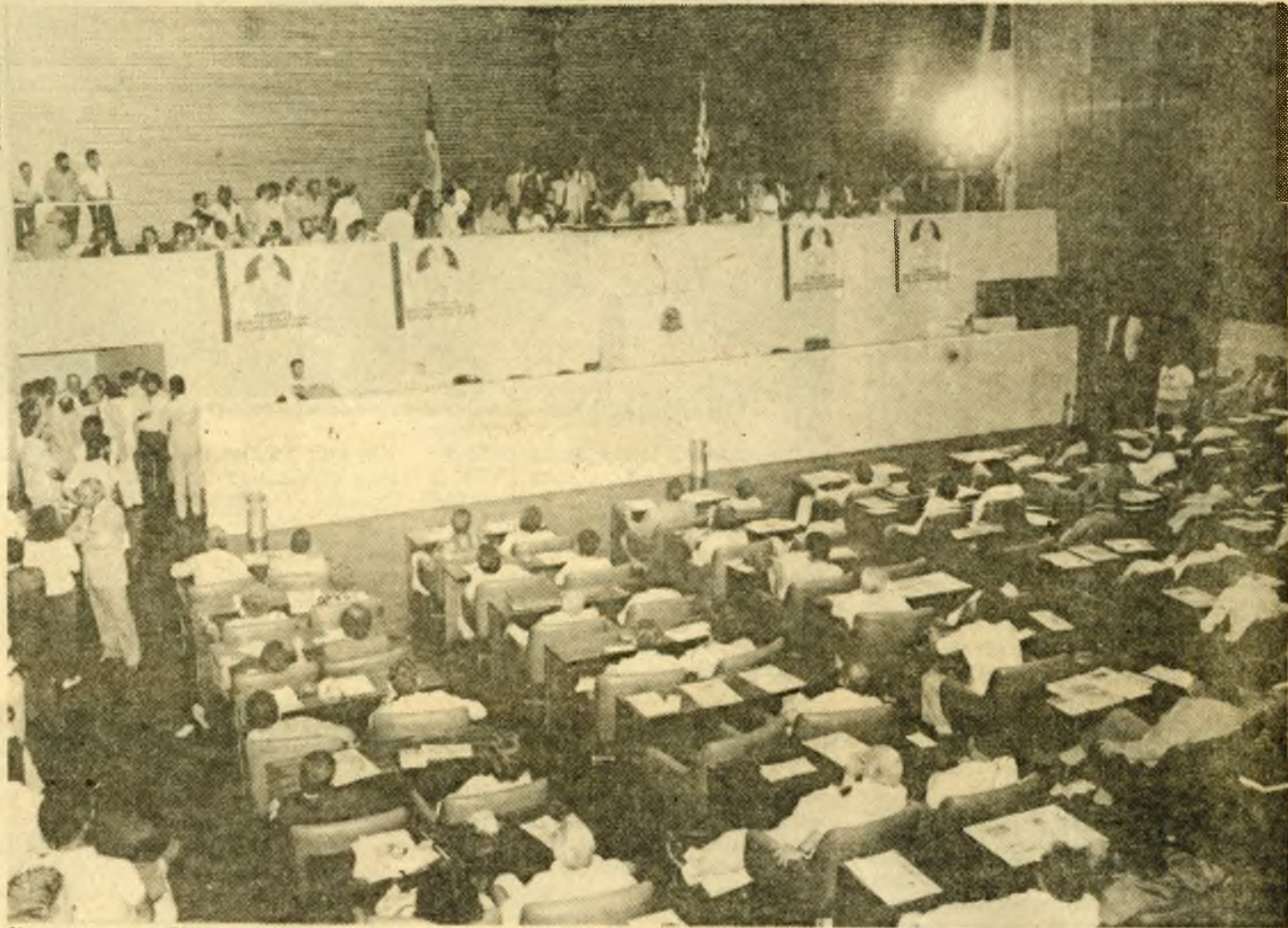
Nas delegações paulistas, destacou-se a presença de 342 prefeitos. Os Estados, de maneira geral, foram representados por presidentes de associações de prefeitos e vereadores. Participaram efetivamente da solenidade representantes do Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Piauí, Pernambuco, Paraná, Ceará, Bahia, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Liderada pela Associação Paulista de Municípios, Comissão Interpartidária de Prefeitos e União dos Vereadores do Brasil, com apoio da Assembléia Legislativa de São Paulo, a Frente Municipalista iniciou suas atividades discutindo formas de luta mais eficazes para a reconquista das eleições diretas para Presidente da República e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Tudo ficou registrado numa moção, aprovada por unanimidade pelo plenário (veja matéria na página seguinte). Vale destacar que prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de todos os partidos e todo o País decidiram organizar uma nova marcha a Brasília, quando da votação da Emenda Dante de Oliveira, para conseguir o apoio do PDS às diretas. Segundo entendimento geral, o Congresso é a única instituição que pode oferecer uma saída política e negociada para a crise que vivemos, caracterizada principalmente pelo desgaste do poder público.

A direção da Frente Municipalista ficou encarregada de criar e pôr em prática novos meios de pressão sobre deputados e senadores para que aprove as eleições diretas, já. O vice-governador Orestes Quércia, que é presidente da Associação Paulista de Municípios, foi escolhido, por aclamação do plenário, coordenador nacional da Frente Municipalista e encarregado de organizar reuniões de cunho regional para unificar o movimento municipalista nacional.

Para Quércia, a Frente Municipalista vai colocar ao lado do povo, na luta pelas diretas e Constituinte, quatro mil prefeitos, quatro mil vice-prefeitos e 50 mil vereadores e outras lideranças municipalistas em toda a extensão do território brasileiro.



Uma mesa suprapartidária, presidida pelo vice-governador Orestes Quércia.



Dante e Iraja Rodrigues

“Essa força”, ele explicou, “é considerável. No ano passado, contra a vontade do Palácio do Planalto, o Congresso aprovou a Emenda Passos Porto depois de sensibilizados por municipalistas de todo o Brasil que foram a Brasília apesar do estado de

emergência. As autoridades municipais são intermediários de fato entre os congressistas e os eleitores, pois constituem as bases de todos os partidos e formam a espinha dorsal de qualquer campanha eleitoral. Portanto, nada mais natural e legítimo que se dirijam a Brasília para dizer aos políticos de suas regiões quais são as aspirações dos eleitores”.

No discurso de encerramento da solenidade, Quércia (veja íntegra na última página) enfatizou que o municipalismo é um caminho necessário para a construção de um Brasil novo, com governo escolhido livremente e dedicado verdadeiramente ao bem público. O municipalismo, na opinião do vice-governador, será uma garantia de democracia porque privilegia o povo e não grupos de tecnocratas civis ou militares.

“A maneira deste País ser grande e forte, como o vemos em nossos sonhos, é assentar-se numa estrutura de municípios fortes. Não reivindicamos só dinheiro. Não queremos só reformas que aumentem a presença dos municípios na arrecadação dos tributos.

Queremos que o município assuma o comando dos primeiros graus da educação, que o centralismo mistificador destruiu. Queremos que o povo



Nefi Tales, o anfitrião

e as autoridades municipais cuidem da saúde e da segurança pública, que os déspotas relegaram. Queremos que os municípios sejam as veias condutoras de um sangue novo a forlale-



*Os prefeitos, vice-prefeitos
e vereadores aprovaram uma nova
marcha a Brasília, para pressionar
democraticamente o Congresso, como no
caso da Emenda Passos Porto.
Agora, é a Emenda Dante de Oliveira*



Os municipalistas foram chegando em caravanas, de diversos Estados.

cer a estrutura da Nação brasileira”, disse Orestes Quércia.

No dia seguinte ao lançamento oficial, a Frente Municipalista pelas Diretas e Constituinte realizou sua primeira sessão de trabalho na Secretaria do Interior do Estado de São Paulo. Logo de início, a Frente recebeu adesão de novos Estados, que colocaram suas organizações municipalistas à disposição. Assim, o Rio Grande do Norte, Paraíba, Rio de Janeiro e Santa Catarina reforçaram a Frente. Os demais Estados estão sendo contatados.

Na Secretaria do Interior, ficou decidido que a primeira reunião regional da Frente Municipalista será realizada em Fortaleza, após o Carnaval. O Ceará, a propósito, é um testemunho de caráter interpartidário do movimento municipalista e da legitimidade do anseio pelas diretas e pela Constituinte. No Estado inteiro, o PDS só não domina oito prefeituras, e a delegação que esteve em São Paulo, liderada pelo prefeito de Jaguaribara e presidente da Associação dos Prefeitos Cearenses, Francisco Holanda Guedes, era composta por sete pedessistas. Depois do Ceará, as reuniões regionais serão realizadas, no Espírito Santo, Pernambuco e Paraná.

A Associação Goiana de Municípios, por decisão da Frente Municipalista, fará a coordenação final da marcha a Brasília, e Goiânia será a sede do último encontro regional, a ser

realizado nas vésperas da votação da Emenda Dante de Oliveira. Três outras providências práticas foram tomadas na Secretaria do Interior: durante a marcha a Brasília, uma comissão de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores entregará à presidência da

República uma moção de repúdio às alterações introduzidas pela Secretaria do Planejamento na Emenda Passos Porto; todas as Câmaras Municipais do País aprovarão requerimentos a favor das diretas e Constituinte e os enviarão aos deputados federais

AMOCÇÃO

As lideranças reunidas na Assembleia Legislativa de São Paulo, durante a instalação da Frente Municipalista pelas Diretas aprovaram, por unanimidade, uma moção de apoio às seguintes medidas: 1) A organização de reuniões regionais, de cunho municipalista e suprapartidário, em todo o País, para motivar os agentes políticos municipais em favor das eleições diretas para a presidência da República e da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. 2) Organizar uma marcha

a Brasília, de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, no esforço conjunto para a aprovação da emenda constitucional do deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), que restabelece as eleições diretas para presidente da República. 3) A organização de manifestações e formas de pressão, a nível nacional, junto aos congressistas, ficando claro que os municipalistas estarão em Brasília tantas vezes quantas forem necessárias, até o restabelecimento das eleições diretas.

e senadores das duas regiões; e os municipalistas do PDS organizarão comitivas de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores da legenda que deverão entrar em contato com parlamentares pedessistas.

Participaram da histórica reunião na Secretaria do Interior, em São Paulo, lideranças municipalistas de dez Estados. A seguir, seus nomes e Estados onde atuam.

São Paulo: Orestes Quércia, vice-governador e presidente da Associação Paulista de Municípios; Chopin Tavares de Lima, secretário do Interior; Amauri Lopes, presidente da Associação de vice-prefeitos de São Paulo; Lincoln Magalhães, prefeito de Rio Claro; e Paulo Silas Alvarenga, presidente da União dos Vereadores do Brasil (PMDB).

Rio Grande do Sul: Irajá Rodrigues, deputado federal (PMDB).

Goiás: Alano de Freitas, presidente da Associação Goiana de Municípios e prefeito de Jaraguá; Euler Ivo, vereador em Goiânia.

Minas Gerais: José Evangelista de Souza, presidente da Associação dos Municípios do Alto Paraopeba (Minas Gerais) e prefeito de São Brás Suaçi.

Espírito Santo: Ferdinand Berredo de Menezes, prefeito de Vitória (PMDB); Vasco Alves Oliveira Júnior, prefeito de Vitória e diretor da Associação de Prefeitos do Espírito Santo (PMDB); Amocin Leite, prefeito de São Mateus.

Piauí: Antonio Noronha Pessoa Filho, prefeito de Monsenhor Gil e presidente da Associação dos Municípios do Alto Parnaíba, no Piauí.

Pernambuco: Elias Gomes, secretário-geral da Associação Municipalista de Pernambuco e prefeito da cidade de Cabo; Geraldo Pinho Alves, prefeito de Paulista; Antonio Paschoal, vereador em Olinda (PMDB); Luiz Xavier de Paiva, vice-prefeito de Olinda (PMDB); Manoel Vieira de Araújo, vereador em Olinda (PMDB); Severino Arruda, presidente da Câmara Municipal de Olinda (PMDB); Marco Russel Alves, secretário da Saúde e Serviços Urbanos de Paulista (PMDB); Antonio Eustáqui, presidente da Câmara Municipal de Paulista (PMDB); José Castro Rezende, vereador em Paulista (PDS).

Paraná: Eudes Moraes, secretário executivo da Associação dos Municípios do Paraná; e Hasiel Pereira, vereador em Curitiba.

Ceará: Francisco Lopes, vereador em Fortaleza.

Bahia: Raimundo José Carneiro, prefeito de Santo Amaro da Purificação; José Raimundo Alves, presidente da Câmara Municipal de Santo Amaro da Purificação; e Edison José do Nascimento, vereador de Santo Amaro.